

* continuação

Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

		31/12/2015	31/12/2014
alfandegada está relacionada à armazenagem de carga de importação ou de exportação. A receita de armazenagem é reconhecida no resultado no momento do desembaraço aduaneiro e da retirada da carga importada pelo importador ou no embarque no navio da carga exportada. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. j) Arrendamentos: Os pagamentos efetuados relativos a arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. k) Concessão de serviços públicos: A Companhia possui concessão de serviço público decorrente do contrato de arrendamento, conforme notas explicativas nº 1 e nº 14. A Companhia atua sob o regime de concessão; entretanto, sua atividade não se enquadra nos requerimentos das interpretações técnicas ICPCs 01 e 17 - Contratos de Concessão, em virtude do preço do serviço prestado não ser regulamentado e/ou controlado pelo poder concedente.			
l) Receitas (despesas) financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.			
m) Imposto de renda e contribuição social: As bases de apuração desses tributos, correntes e diferidos, são calculadas com base nas alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável, quando aplicável. n) Prejuízo por ação: O prejuízo básico por ação é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. o) Novas normas e interpretações ainda não adotadas: A Companhia ainda não adotou as "International Financial Reporting Standards - IFRSs" novas e revisadas e ainda não vigentes mencionadas a seguir:			
Pronunciamento	Descrição	Vigência	
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Refere-se ao projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Refere-se à convergência do IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados após 1º de julho de 2018.	
IFRS 15 - Receitas com Clientes	Refere-se à convergência do IASB (<i>International Accounting Standards Board</i>), sobre o reconhecimento de receita.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2018.	
Modificações à IFRS 11 / CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto	Refere-se à contabilização de acordos contratuais em conjunto.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.	
Modificações à IAS 1 / CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Iniciativa de Divulgação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.	
Modificações às IAS 16 / CPC 27 - Ativo Imobilizado e IAS 38 / CPC 04 (R1) - Ativo Intangível	Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.	
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada	Refere-se à venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou <i>joint venture</i> .	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.	
Modificações à IFRS 10 / CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, IFRS 12 / CPC 45 - Divulgação de Participações em Outras Entidades e IAS 28 / CPC 18 - Investimento em Coligada e em Controlada	Refere-se a entidades de investimento: aplicando a exceção de consolidação.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.	
Modificações às IFRSs	Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2012-2014.	Exercícios iniciados em ou após 1º de julho de 2016.	
A Administração da Companhia entende que a aplicação dos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações contábeis nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção. 4. Determinação do Valor Justo: Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros. Os valores justos têm sido apurados para fins de mensuração e/ou divulgação, com base no método a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Contratos de swaps de taxas de juros: O valor justo de contratos de <i>swaps</i> de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade por meio do desconto de fluxos de caixa futuros estimados com base nas condições e no vencimento de cada contrato e utilizando-se de taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data da mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da Companhia e contraparte quando apropriado. 5. Gerenciamento do Risco Financeiro: Gestão de capital: Embora a Companhia venha apresentando uma geração de prejuízos acumulados, a política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado, bem como o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital e o nível de dividendos para acionistas, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito de custo médio ponderado de capital (<i>Weighted Average Cost of Capital - WACC</i>). A dívida em relação ao capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está apresentada a seguir:			
		31/12/2015	31/12/2014
Total do passivo		19.494	27.920
Caixa e equivalentes de caixa		(751)	(55)
Dívida líquida		<u>18.743</u>	<u>27.865</u>
Total do patrimônio líquido		12.639	8.364
Relação dívida líquida sobre capital		1,48295	3,33154
Os demais riscos, ou seja, os riscos de crédito, de liquidez e de mercado, estão apresentados na nota explicativa nº 22. 6. Transações com Partes Relacionadas:			
a) Contrato de mútuo:		31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante:			
Santos Brasil Participações S.A.		-	5.951
Representava o contrato firmado em 27 de março de 2014, que tinha por objetivo o financiamento do capital de giro, remunerado à taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, equivalente à mesma rentabilidade da aplicação financeira que era mantida pela credora. b) Contas-correntes: Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, a Companhia tinha registrado na rubrica "Outras contas a pagar" valores referentes ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.			
		31/12/2015	31/12/2014
Passivo circulante:			
Santos Brasil Participações S.A.		63	82
c) Remuneração do pessoal-chave: A remuneração do pessoal-chave da Diretoria compreende benefícios de curto prazo de R\$86 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$69 em 31 de dezembro de 2014). Nos valores da diretoria estão incluídos os diretores estatutários e os demais diretores. d) Benefícios a colaboradores: A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cesta básica e vale-refeição. Em 31 de dezembro de 2015, esses benefícios representaram a aplicação de R\$4.396 (R\$2.425 em 31 de dezembro de 2014), correspondentes a 9,51% e 6,76%, respectivamente, de sua receita operacional líquida. e) Controladores: A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o seu capital social. A controladora final é a Santos Brasil Participações S.A.			
7. Caixa e Equivalentes de Caixa:		31/12/2015	31/12/2014
Caixa e saldo em bancos		751	55
8. Contas a Receber de Clientes:		31/12/2015	31/12/2014
Circulante:			
No País		4.686	4.867
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(264)	(53)
Total		<u>4.422</u>	<u>4.814</u>
O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:			
		31/12/2015	31/12/2014
Créditos a vencer		2.497	1.789
Créditos em atraso até 60 dias		1.491	2.167
Créditos em atraso de 61 a 90 dias		72	71
Créditos em atraso de 91 a 180 dias		124	409
Créditos em atraso de 181 a 360 dias		342	286
Créditos em atraso há mais de 361 dias		160	145
Total		<u>4.686</u>	<u>4.867</u>
Redução por perda do valor recuperável: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda, que totalizavam R\$626 em 31 de dezembro de 2015 (R\$840 em 31 de dezembro de 2014). Desse montante, excluem-se: (i) os créditos em cobrança sem risco de perda; e (ii) os depósitos não identificados, resultando, assim, no valor final de R\$264 (R\$53 em 31 de dezembro de 2014). A baixa de créditos vencidos é efetuada conforme determina o artigo 9º, § 1º, inciso II, e § 7º, inciso II, da Lei nº 9.430/96.			
9. Ativo Fiscal Corrente:		31/12/2015	31/12/2014
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF		45	18
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL		269	269
Imposto retido na fonte sobre o faturamento		399	399
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (crédito tributário)		112	136
Outros		100	112
Total		<u>925</u>	<u>934</u>
Em 31 de dezembro de 2015, os créditos registrados no montante de R\$269 referem-se a pagamentos efetuados como IRPJ e CSLL de exercícios anteriores, no montante de R\$399 referem-se a retenções sobre o faturamento a clientes que também atuam no Complexo Portuário de Vila do Conde, as quais foram feitas conforme a legislação vigente, no montante de R\$112, referem-se a créditos tributários de PIS e COFINS sobre o faturamento a clientes estrangeiros que foram pagos indevidamente.			
10. Imobilizado:		Taxa anual de depreciação - %	Depreciação acumulada
		31/12/2015	31/12/2014
Benfeitorias em imóveis de terceiros		15,7 21.323	(12.451) 8.872 12.122
Equipamentos de movimentação de carga		12,4 22.498	(15.717) 6.781 8.306
Imobilizações em andamento (*)		- 1.805	- 1.805 1.300
Equipamentos de informática		20 1.058	(641) 416 390
Máquinas, equipamentos e acessórios		10 4.258	(1.974) 2.284 3.527
Instalações, móveis e utensílios		10 561	(399) 162 192
Veículos		20 216	(182) 35 58
Outros itens		10 16	(10) 7 10
Total		<u>51.735</u>	<u>(31.374)</u> 20.362 25.905

continua *